



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

184

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0194183-9**

COMARCA	: Cabo de Santo Agostinho – 2ª Vara Criminal
APELANTE	: Alexsandro Manoel da Silva
APELADO	: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA	: Desª. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR	: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

**EMENTA:**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA TENTATIVA DE ROUBO. MOMENTO DA CONSUMAÇÃO DO DELITO. DESNECESSIDADE DE QUE O BEM SAIA DA ESFERA DE VIGILÂNCIA DAS VÍTIMAS. PENA-BASE. EXACERBAÇÃO. INOCORRÊNCIA. APELO IMPROVIDO.

I – Não merece reforma, e conseqüente absolvição do réu, a sentença cuja condenação guarda harmonia com as provas carreadas aos autos.

II – O delito de roubo, assim como o de furto, consuma-se com a simples posse, ainda que breve, da coisa alheia móvel subtraída clandestinamente, sendo desnecessário que o bem saia da esfera de vigilância da vítima. Precedentes.

III – Para que o agente adquira o caráter de posse ou detenção, basta acessação da clandestinidade ou violência, mesmo que a vítima venha a retornar o bem, via perseguição própria ou de terceiro.

IV – Não se mostra exacerbada a pena-base aplicada pouco acima do mínimo legal, quando as circunstâncias judiciais do réu, analisadas a teor do art. 59, do CP, não lhes são favorável. Ademais, *"a orientação reiteradamente firmada nesta Corte é no sentido de que somente nas hipóteses de erro ou ilegalidade prontamente verificável na dosimetria da reprimenda, em flagrante afronta ao art. 59 do Código Penal, pode esta Corte reexaminar o decisorio em tal aspecto, o que não é o caso dos autos."* (STJ - HC nº 74.482/PR, Relator o Ministro Gilson Dipp, DJ 06.08.2007).

V – Recurso a que se nega provimento. Decisão por maioria.



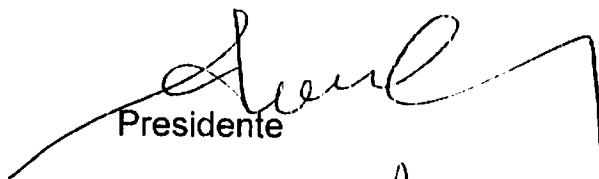
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**185**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0194183-9**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por maioria de votos, em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 18 de novembro de 2009.

  
Presidente

  
Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

186

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0194183-9**

**COMARCA** : Cabo de Santo Agostinho – 2ª Vara Criminal  
**APELANTE** : Alexsandro Manoel da Silva  
**APELADO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**RELATORA** : Desª. Alderita Ramos de Oliveira  
**REVISOR** : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

**RELATÓRIO**

**Alexsandro Manoel da Silva** foi denunciado (fls. 02), como incurso nas penas do art. 157, § 2º, incisos I e II¹, do Código Penal, acusado de ter subtraído dinheiro, um aparelho celular e uma máquina fotográfica das vítimas Mário Cavalcanti de Albuquerque e Arlindo Pereira da Silva, mediante grave ameaça exercida com arma de fogo, fato ocorrido no dia 13 de agosto de 2008, por volta das 14:00 horas, na proximidades do Forte Nazaré, em Gaibú, município do Cabo de Santo Agostinho, juntamente com um menor.

Concluída a instrução criminal, o acusado foi condenado pela prática delitiva prevista no art. 157, §2º, incisos I e II c/c o art. 70², todos da lei substantiva penal, à pena definitiva de 08 (oito) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 10 (dez) dias-multa no valor unitário de R\$40,00 (quarenta reais), perfazendo um total de R\$400,00 (quatrocentos reais), conforme a sentença de fls. 115/118.

Inconformado, o acusado apelou da referida decisão (fls. 121), oferecendo razões recursais às fls. 130/131, alegando que a conduta merece ser desclassificada para a modalidade tentada, uma vez que não obteve a posse tranqüila da *res furtiva*, razão pela qual pugna pelo reconhecimento da

**¹ Roubo**

**Art. 157** - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

**Pena** - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa. (...)

**§ 2º** - A pena aumenta-se de um terço até metade:

- I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;
- II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

**² Concurso formal**

**Art. 70** - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior.

Ackaa/Apel crim - 0194183-9- 157 §2º,negativa autoria, consum p tentad,exarceb pena,improv



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**187**

tentativa e, ao final argumenta que a pena aplicada demonstrou-se exacerbada vez que a fixação da pena-base foi acima do mínimo legal, invocando o princípio da consunção como justificativa para o afastamento da majorante do concurso formal. Por fim, pleiteou responder o recurso em liberdade.

O Ministério Público ofereceu contra-razões de apelação (fls. 138/143), rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pelo improvimento da apelação, mantendo-se a sentença hostilizada.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. José Paulo Cavalcanti Xavier Filho, ofereceu parecer de fls. 146/150, opinando pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 31 de agosto de 2009.

  
Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



188.

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal

56

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0194183-9

COMARCA : Cabo de Santo Agostinho – 2ª Vara Criminal  
APELANTE : Alexsandro Manoel da Silva  
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira  
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

**VOTO**

A materialidade está comprovada no Auto de Apresentação e Apreensão (fls.41) e no termo de entrega (fls.42).

No que tange à autoria e ao *modus operandi*, a prova testemunhal produzida por ocasião da instrução criminal, com destaque para os depoimentos e o reconhecimento pessoal dos condutores e das vítimas, são contundentes no sentido de reconhecer a ocorrência do delito trazido na denúncia. Senão, vejamos:

Interrogado por ocasião do inquérito policial, o acusado **Alexsandro Manoel da Silva**, às fls.08, afirma:

*"(...) Que, hoje, estava conversando na frente da casa dele, estava falando com ele, sobre a sua situação financeira, aí ele disse que tinha uma arma, um revólver, a lhe deu a idéia de praticar assalto, para arrumar dinheiro; que, não sabia se ele praticava assalto; Que aceitou a proposto, e saíram para assaltar, o interrogado ficou com a arma, e a toca preta o interrogado pegou na sua casa, e foram para Gaibú, nas imediações do antigo Forte na localidade conhecida por Nazaré, era início da tarde, quando viram dois homens estavam tirando fotos, se aproximaram e anunciaram que era um assalto; que, pegou a câmara fotográfica, e o seu amigo pegou as carteiras porta cédulas, das vítimas, e correram e desceram uma ribanceira, para dentro de um matagal, o seu amigo levou uma queda e o dinheiro caiu no mato, depois os policiais militares apareceram e os prenderam; (...)"*

Interrogado por ocasião da instrução criminal (fls. 102/103), o acusado informou ser parcialmente verdadeira a acusação que lhe é feita na denúncia, negando a participação no assalto, em contradição ao que declarou



189

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

no interrogatório perante à autoridade policial, sendo fato isolado, que não se harmoniza com as demais provas carreadas aos autos.

A vítima **Mário Cavalcanti de Albuquerque** declarou, em juízo (fls.84):

*"(...) Que o depoente confirma integralmente o teor da denúncia, de fls.02/03; Que realmente no dia e hora descritos na denúncia, o depoente e a outra vítima Arlindo Pereira da Silva estavam trabalhando na setor de Suape, quando resolveram parar o carro para fazer algumas fotografias dos escombros do antigo forte de Nazaré; Que quando o depoente e a vítima Arlindo desceram do carro, foram imediatamente abordados pelo acusado e seu companheiro, que de arma em punho, anunciaram o assalto pedindo os pertences das vítimas; Que o depoente chegou a ser espancado pelo companheiro do acusado, que levaram a quantia de R\$ 1.520,00 reais do depoente, além do telefone celular e uma máquina fotográfica; Que o acusado e seu companheiro também subtraíram a quantia de vinte reais da vítima Arlindo; Que quando o acusado e seu companheiro se distanciaram descendo uma ribanceira, o depoente observou que a PM tinha presenciado o assalto e estava se dirigindo para prender o acusado; Que no entanto, o depoente não permaneceu no local para presenciar a prisão do acusado, preferindo se dirigir até o Posto da PM de Gaibú para relatar o ocorrido; Que alguns tempos depois, policiais levaram o acusado e seu companheiro até o referido posto da PM, local onde o depoente e a vítima Arlindo reconheceram os assaltantes; (...) "*

**Laércio Rogério Vilar**, policial militar que participou da prisão em flagrante do acusado, afirmou em seu depoimento judicial às fls.99/100:

*"(...) QUE o depoente foi um dos policiais militares que realizaram a prisão em flagrante do acusado; QUE o depoente e mais um colega estavam no Centro de Gaibú, quando receberam a determinação via CIODS para se dirigirem até Nazaré, local onde havia duas pessoas em atitude suspeita; QUE lá chegando, o depoente e seu colega permaneceram escondidos na relva e, em seguida, deram voz de prisão ao acusado e seu companheiro; QUE no momento da prisão em flagrante, o menor que acompanhava o acusado ainda usava uma toca preta na cabeça;*

4



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

190

*QUE o referido menor também estava com os dois celulares, uma filmadora e cento e cinquenta reais em espécie, enquanto o acusado estava portando o revólver calibre 38; QUE o acusado e seu companheiro foram levados para o núcleo da PM de Gaibú, local onde foram reconhecidos pelas vítimas; QUE ainda no núcleo da PM as vítimas reconheceram seus os objetos encontrados com o menor que acompanhava o acusado; QUE o menor foi encaminhado para a GPCA, enquanto o acusado foi ouvido na DP do Cabo; QUE o depoente reconhece o acusado aqui presente como sendo a pessoa que prendeu em companhia de um menor no dia, local e hora descritos na denúncia; (...)*

As testemunhas da defesa (fls. 101) não trouxeram aos autos esclarecimentos concernentes ao delito, tendo em vista que não presenciaram os fatos, apenas atestaram a conduta social do acusado.

O conjunto probatório existente nos autos imputa ao apelante **Alexsandro Manoel da Silva** a autoria do crime descrito na denúncia, não merecendo, desta maneira, ser acolhida a pretensão de sua absolvição.

Quanto ao argumento de que o delito foi praticado na sua forma tentada, não há como ser acolhido, diante das provas carreadas aos autos.

Por oportuno, leciona FERNANDO CAPEZ "O roubo se consuma no momento em que o agente subtrai o bem do ofendido. Subtrair é retirar contra a vontade do titular. Levando-se em conta esse raciocínio, o roubo estará consumado tão logo o sujeito, após o emprego de violência ou grave ameaça, retire o objeto material da esfera de disponibilidade da vítima, sendo irrelevante se chegou a ter a posse tranqüila ou não da res furtiva". (Curso de Direito Penal, vol. 2, 6ª, São Paulo: Saraiva, 2006, p.409/410).

Nesse sentido, cabe ainda colacionar a jurisprudência do STJ:

**PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA TENTATIVA. IMPOSSIBILIDADE. REGIME INICIAL MAIS SEVERO PARA O INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA. DECISÃO FUNDAMENTADA APENAS NA GRAVIDADE GENÉRICA DO DELITO. SÚMULA**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

191

718/STF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO.  
ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. *A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, bem como a do Supremo Tribunal Federal, firmaram a orientação no sentido de que se considera consumado o crime de roubo, assim como o de furto, no momento em que, cessada a clandestinidade ou violência, o agente se torna possuidor da res furtiva, ainda que por curto espaço de tempo, sendo desnecessário que o bem saia da esfera de vigilância da vítima, incluindo-se, portanto, as hipóteses em que é possível a retomada do bem por meio de perseguição imediata;(...); Ordem parcialmente concedida a fim de fixar o regime semi-aberto, para o início do cumprimento da pena.(HC 106.457/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2008, DJe 20/10/2008).*

E, ainda, do Supremo Tribunal Federal:

*Roubo. Momento de sua consumação. O roubo se consuma no instante em que o ladrão se torna possuidor da coisa móvel alheia subtraída mediante grave ameaça ou violência.- Para que o ladrão se torne possuidor, não é preciso, em nosso direito, que ele saia da esfera de vigilância do antigo possuidor, mas, ao contrário, basta que cesse a clandestinidade ou a violência, para que o poder de fato sobre a coisa se transforme de detenção em posse, ainda que seja possível ao antigo possuidor retomá-la pela violência, por si ou por terceiro, em virtude de perseguição imediata. Aliás, a fuga com a coisa em seu poder traduz inequivocamente a existência de posse. E a perseguição - não fosse a legitimidade do desforço imediato - seria ato de turbção (ameaça) a posse do ladrão. Recurso extraordinário conhecido e provido. (RE 102.490/SP, Tribunal Pleno, Rel. Min. MOREIRA ALVES, DJ de 16/8/1991).*

Quanto ao pedido alternativo do apelante, alegando que a reprimenda foi exacerbada, requerendo, por conseguinte, a fixação da pena no mínimo legal, não vislumbro tal possibilidade, uma vez que o togado monocrático, ao aplicar a pena-base, analisou detidamente as circunstâncias judiciais previstas no art. 59, do Código Penal, que, por sua vez, não merece qualquer reparo.





192

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal

No caso, ao aplicar a pena do recorrente, o Juiz de primeiro grau justificou (fls.117/118):

*"(...); Atento a diretrizes do art.59 do CP, observo que a FAC do acusado não registra antecedentes; agiu com intensa culpabilidade, visto que, em companhia de um adolescente, armou-se com um revólver e deliberou a realização do assalto, merecendo tal atitude a devida reprovação jurisdicional como forma de prevenção à criminalidade patrimonial, que tem se multiplicado nos últimos tempos; que o motivo do crime foi a ambição pelo dinheiro fácil; as circunstâncias do crime não o beneficiam, eis que as vítimas foram surpreendidas pela violência e pela arma de fogo do acusado em plena luz do dia, em nada contribuindo para a realização do assalto; o seu ato provocou danos materiais às vítimas, porque a res furtiva não foi inteiramente recuperada, razões pelas quais fixo a pena base em cinco (05) anos de reclusão, que aumento em dois quintos (2/5), ou seja, em dois (02) anos, em razão da presença de duas qualificadoras no delito de que resultam sete (07) anos, a qual exaspero, por último, em um quinto (1/5) em observância ao contido no caput do art.70 do CP, para torná-la definitiva, à míngua de outras causas de aumento ou diminuição de pena, **em oito (08) anos e quatro meses de reclusão e multa que, tendo em vista os critérios legais, fixo em dez dias-multa no valor unitário de R\$40,00, perfazendo um total de R\$400,00 (quatrocentos reais).** (...)".*

De ressaltar, desde logo, que o fato de o réu ser, em tese, primário e de bons antecedentes não impede que o magistrado, em decisão fundamentada, com base no art. 59 do Código Penal, fixe a pena-base acima do mínimo legal.

Ocorre que o Magistrado de primeiro grau, ao majorar a pena-base, levou em conta a intensa culpabilidade do réu, a reprovabilidade da conduta e notadamente a motivação e as circunstâncias em que foi cometido o delito, quais sejam, obtenção de vantagem em detrimento do patrimônio alheio, por meio do uso de violência para com uma das vítimas, provocando danos materiais irreparáveis pelo não encontro integral da *res furtiva*. Assim, a fundamentação, nesse ponto, apresenta-se satisfatória, porquanto baseada



193

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

em dados concretos, mostrando-se suficiente, por si só, para justificar o aumento um pouco acima do mínimo legal, ou seja, em 01 (um) ano.

Ademais, a orientação reiteradamente firmada no STJ é no sentido de que somente nas hipóteses de erro ou ilegalidade prontamente verificável na dosimetria da reprimenda, em flagrante afronta ao art. 59 do Código Penal, pode a Corte recursal reexaminar o *decisum* em tal aspecto, o que não é o caso dos autos. (STJ - HC nº 74.482/PR, Relator o Ministro Gilson Dipp, DJ 06.08.2007).

Não obstante inexistir nos autos perícia que comprove o potencial lesivo da arma empregada restou configurada a qualificadora em apreço, visto que o conjunto fático-probatório é firme quanto à efetiva utilização da arma na prática criminosa.

Neste sentido vejamos a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, onde se extrai o seguinte excerto:

**"HABEAS CORPUS. ROUBO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PENA DE 5 ANOS E 6 MESES DE RECLUSÃO E MULTA. CONCURSO DE AGENTES E EMPREGO DE ARMA. NÃO APREENSÃO DA ARMA DE FOGO. PERÍCIA. POTENCIALIDADE LESIVA. DESNECESSIDADE. OUTROS ELEMENTOS A CONFIRMAR A QUALIFICADORA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PRECEDENTES DO STJ. AUMENTO DECORRENTE DA FORMA QUALIFICADA. FALTA DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA A SUSTENTAR A EXASPERAÇÃO ACIMA DO MÍNIMO PREVISTO. ALTERAÇÃO DO REGIME PRISIONAL. REFORMATIO IN PEJUS. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA, PARA REDUZIR A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E FIXAR, COM RELAÇÃO AO SEGUNDO PACIENTE, O REGIME INICIAL SEMI-ABERTO.**

**1. Esta Corte Superior entende que a apreensão e a perícia da arma utilizada no delito de roubo são desnecessárias para configurar a causa especial de aumento de pena, mormente quando as demais provas são firmes sobre sua efetiva utilização na prática da conduta criminosa. A regra é que a arma possua potencial lesivo; o contrário, a exceção". STJ - HC 98.818/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 19/06/2008, DJe 01/09/2008.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira** 194  
**Terceira Câmara Criminal**

De igual modo, restou configurada a qualificadora do concurso de agentes, vez que pouco importa se um dos agentes seja menor, a punição torna-se maior exatamente porque tanto a integridade física como o patrimônio das vítimas se tornam mais vulnerável quando mais de uma pessoa contra eles atenta.

Neste sentido:

*"PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 157, § 2º, INCISO II, DO CP. CONDENAÇÃO. MAJORANTE. CONCURSO DE PESSOAS. MENOR INIMPUTÁVEL. IRRELEVÂNCIA. Aplica-se a causa de aumento prevista no art. 157, § 2º, inciso II, do CP ainda que o crime tenha sido praticado em concurso com menor inimputável, uma vez que a norma incriminadora tem natureza objetiva e não faz menção à necessidade de se tratarem todos de agentes capazes. Ordem denegada".(STJ - HC 81698. Relator: Ministro Felix Fischer. DJ 05.09.2007, p. 320).*

Por fim, o togado monocrático, quando da prolação da sentença, aumentou a pena em 1/5 (um quinto), em face do concurso formal (art. 70<sup>3</sup>, CPB), o que fez com acerto, visto que esta fração se encontra nos limites previstos na causa especial de aumento de pena derivada do concurso formal.

Registre-se, ainda, que o apelante já foi beneficiado pelo fato de o representante do Ministério Público não tê-lo denunciado por infração ao tipo penal previsto no art. 1º, da Lei 2.252/54 – corrupção de menores, cuja pena varia de 01 (um) a 04 (quatro) anos de reclusão, visto que praticado juntamente com um menor de idade, conforme narrado na inicial acusatória.

Finalmente, quanto à pretendida liberdade pleiteada em favor do apelante, como bem destacou a douta Procuradoria de Justiça em seu

### **3 Concurso formal**

**Art. 70** - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior.

**4 Art 1º** Constitui crime, punido com a pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa de Cr\$1.000,00 (mil cruzeiros) a Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros), corromper ou facilitar a corrupção de pessoa menor de 18 (dezoito) anos, com ela praticando, infração penal ou induzindo-a a praticá-la.

Ackas/Ap-crim - 0194183-9 - 157 §2º, negativa autoria, consum p tentad, exarceb pena, improv



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

195

parecer às fls.150, "não se mostra oportuna e conveniente, destacando o sentenciante ter aquele permanecido custodiado ao longo do processo, sendo necessária a manutenção da ordem pública e preservação da aplicação da lei penal".

Isto posto, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao recurso**, mantendo a sentença tal como proferida.

Recife, 18 de novembro de 2009

  
**Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO



PROCESSO Nº: 0194183-9  
COMARCA: CABO DE SANTO AGOSTINHO  
VARA: 2ª VARA CRIMINAL  
APELANTE: ALEXSANDRO MANOEL DA SILVA  
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

196

**VOTO REVISOR**

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, **negando** provimento ao apelo, mantendo a sentença de primeiro grau.

É como voto.

08 / 09 / 2009

*Cláudio*  
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio  
Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL – 18.11.2009  
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 194183-9 - CABO DE SANTO AGOSTINHO  
APELANTE: ALEXSANDRO MANOEL DA SILVA  
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA  
RELATORA: DESEMBARGADORA ALDERITA RAMOS  
REVISOR: CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO

197

RELATÓRIO CONSTANTE DE FLS. 153/154 DOS AUTOS.

DR. AÉCIO BEZERRA NEGROMONTE – OAB/PE 782-B (ADVOGADO)

Excelentíssimos Senhores Desembargadores Componentes deste Egrégio  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco,  
Senhores Procuradores,  
Serventuários da Justiça,  
Nobres Colegas presentes,

É com muita honra que venho como simples advogado, aqui perante Vossas Excelências fazer uma solicitação voltada ao meu cliente devido a requisitos subjetivos públicos, Direitos Públicos que são assegurados aos indiciados, sentenciados, acusados que não foram apreciados na sentença, a exemplo da tentativa, concordo plenamente que todo o castigo compensa o mal e traz reparação moral, sem dúvida nenhuma. Mas acredito também que a penalidade deve ser equiparada, adequada à infração. Essa infração se deu num determinado local que foi apreciado pelas autoridades, em seguida, esse condenado foi preso. Ele não auferiu proveito a *res furtiva*, ele foi preso minutos depois. E na fundamentação decisório, o nobre magistrado da Comarca do Cabo não apreciou. Tentado quando iniciada a execução se consuma por circunstância alheias à vontade do agente. Mas a infração em si, a tentativa se analisa pelo percurso, pelo caminho percorrido pelos infratores.

Esse rapaz foi preso minutos depois, foi apreciado pelas autoridades e o juiz não apreciou, não reduziu a pena. O roubo é crime complexo é um crime progressivo. Determinados conteúdos apreciados pelo magistrado já estão contidos no tipo. O princípio da fixação da pena no caso seria quatro anos, aumenta de um terço até a metade quando é com o emprego de arma de fogo, concurso de dois ou mais agentes, ou seja, a pena seria cinco anos e quatro meses. Poderia até para seis que se aumente até a metade. O magistrado aplicou oito anos e quatro meses para esse rapaz.

Vossas Excelências, pela inteligência que os senhores portadores, os Senhores percebem, no caso, que a pena foi além do permitido. Esse rapaz é réu primário, tem a profissão definida, tem domicílio fixo no distrito da culpa, tem família estruturada. É só a passagem na vida desse rapaz.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

198

Mas uma vez volto a dizer novamente: acredito que todo castigo compensa o mal e traz reparação moral. Mas também pelo pouco conhecimento que tenho, acredito que a pena tem que ser enquadrada à infração. Esse rapaz está preso há quase um ano e a infração praticada por ele nem seria hediondo nem equiparado. Se ao menos tivesse resultado em lesão corporal de natureza grave ou a morte da vítima, onde se omitem os benefícios, tudo bem, passaria até a concordar como simples advogado que sou.

Até então, o próprio princípio da legalidade estabelece – para ele caberia até a liberdade provisória, porque a infração, o ato praticado por ele nem foi hediondo nem equiparado. Foram omitidos todos os benefícios em cima desse rapaz. E a sentença não foi devidamente fundamentada.

Mais uma vez, pela pouca inteligência que tenho, fundamentar a sentença, relatar os fatos do processo, analisar as alegações das partes e normas reincidentes. Quais seriam as normas reincidentes? A tentativa, o caminho percorrido que deveria ser reduzido de um a dois terços 2/3 não foi apreciado. Os Senhores podem ver na sentença do nobre magistrado.

E a má conduta de somenos importância? É absolvido, já está contido no tipo do art. 57.- Depende da circunstância de tempo, lugar, modo de execução e outras semelhantes. É crime complexo, tem várias figuras: tem o furto, tem a lesão corporal, tem a ameaça, tem o constrangimento ilegal. Nada disso foi apreciado.

Mais uma vez, como simples advogado, solicito perante esta Corte que goza de relevante valor moral da justiça, que anule essa sentença, não tem sentido de ser - a pena que seria de cinco anos e quatro meses que ficou na forma tentada, aquele caminho percorrido não foi acompanhado, deu quase (09) nove anos ao rapaz. Não é por aí que vamos procurar educar.

Muito obrigado, Excelência!

---

VOTO DO RELATOR CONSTANTE DE FLS.163 A 170 DOS AUTOS.

---

---

VOTO DO REVISOR CONSTANTE DE FL.171 DOS AUTOS.

---

---

DESEMBARGADORA ALDERITA RAMOS (PRESIDENTE E RELATORA)

---

A Turma está de acordo em negar provimento ao recurso.

Voto que ponho em discussão.

---



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

199

DESEMBARGADOR NIVALDO MULATINHO

Doutora Alderita, eu queria alguns esclarecimentos.

---

DESEMBARGADORA ALDERITA RAMOS (PRESIDENTE E RELATORA)

Pois não Desembargador.

---

DESEMBARGADOR NIVALDO MULATINHO

Tenho algumas dúvidas: foram duas vítimas, é um concurso material?

---

DESEMBARGADORA ALDERITA RAMOS (PRESIDENTE E RELATORA)

O Juiz considerou formal – duas vítimas.

---

DESEMBARGADOR NIVALDO MULATINHO

Sim, formal. São duas vítimas. Há alguma alusão nos autos? Quanto tempo depois eles foram preso?

---

DESEMBARGADORA ALDERITA RAMOS (PRESIDENTE E RELATORA)

Foi logo em seguida, no momento em que estava havendo o assalto, um policial que estava a uma certa distância, observou e foi se aproximando, momento em que eles subtraíram os bens e correram por uma ribanceira, como tem nos autos, e nesse fugir, uma parte do dinheiro se dispersou no mato, mas os policiais foram atrás, viram o fato, correram atrás deles e prenderam-nos, e neste momento em que aconteceu isso, as vítimas foram diretamente ao posto policial e, logo em seguida chegou o policial com o apenado e o levaram no momento. Foi na mesma hora, ato contínuo.

---

DESEMBARGADOR NIVALDO MULATINHO

Certo.

Veja bem, doutor Aécio, quando eu era juiz da Vara de Crimes contra a Criança e Adolescente adotei, como ainda adoto, se bem que eu sei que agora estou na minoria da minoria, existe uma doutrina e jurisprudência de que mesmo no roubo, no caso de violência à pessoa já vai se discutir mais. Mas na grave





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

200

ameaça, o crime só se consuma, não só com a simples inversão de posse, mas com o bem subtraído, saindo da esfera de vigilância da vítima os das vítimas. Isso eu adotava até por uma questão de política criminal, porque a maioria dos réus naquela vara eram assaltantes amadores. Eles roubavam um celular na Praça do Diário de Pernambuco, na esquina eram presos na outra, porque roubaram até perto de posto policial,

Então, eu adotava como ainda adoto essa teoria. A grande discussão é essa – quando é que sai da esfera de vigilância das vítimas?

---

DESEMBARGADORA ALDERITA RAMOS (RELATORA)

Vossa Excelência não pode discutir o voto do...(interrompido).

---

DESEMBARGADOR NIVALDO MULATINHO

Aqui é uma questão de direito. Já não é uma questão de fato.

Estou colocando a minha posição para explicar inclusive aos meus Pares o meu posicionamento que eu sei que é a minoria de minoria.

Na Seção Criminal recente coloquei isso. Eu fazia isso por uma questão de política criminal, e ainda adoto isto. Cada caso é um caso. Direito Penal é o ramo do Direito do caso concreto.

No caso de julgamento na Vara de Crimes Contra a Criança e Adolescente, o promotor era o doutor Fernando Matos, ele não apelava, porque a teoria dele era igual à minha. Se o réu era primário, geralmente eu dava a pena-base mínima e com o aumento da qualificadora, ficava em torno de cinco anos e pouco. Podia ajudar a algumas pessoas se fossem amadores e alguns eram. Não sei se é o caso aqui.

Continuo ainda com esta posição, mesmo sabendo que tudo depende do caso concreto. Aqui, a materialidade está incontestada, a autoria também, a discussão é somente na tentativa.

Voto pela configuração de tentativa de roubo e não de roubo consumado. Acho que o juiz monocrático, o fato dele ter aplicado uma pena-base acima não é uma coisa exacerbada. Agora, acho que, por este entendimento, respeitando as posições que eu sei que STJ, Supremo Tribunal Federal são unânimes em colocar. A simples inversão de posse já seria o roubo consumado e até furto. Mas, considerando tudo isto que eu já disse, até pela minha vivência lá, no caso eram assaltantes amadores, mas no caso presente, os bens não saíram da esfera de vigilância da vítima.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

201

DESEMBARGADORA ALDERITA RAMOS (PRESIDENTE E RELATORA)

Estou me referindo ao caso concreto.

DESEMBARGADOR NIVALDO MULATINHO

Eles foram presos logo depois.

DESEMBARGADORA ALDERITA RAMOS (PRESIDENTE E RELATORA)

Sim, foram presos logo depois.

DESEMBARGADOR CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA (REVISOR)

Desembargador, foram presos com os objetos, não é?

DESEMBARGADOR NIVALDO MULATINHO

Não, não está se discutindo isso. Eles foram os autores.

A discussão é: houve realmente o crime consumado ou não? A meu ver, não. Não saiu da esfera de vigilância da vítima. Eles foram presos logo em seguida.

Neste caso, não há dúvidas, a materialidade está configuradíssima. O fato de o juiz ter colocado a pena-base acima do mínimo, não significa examinadas essas circunstâncias que houve exacerbação. Mas eu acho que no caso concreto está configurada a tentativa de roubo.

O meu voto, divergindo com todo o respeito da Turma, é no sentido de admitir a tentativa de roubo, e não o crime consumado.

DECISÃO

"POR MAIORIA DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO".